



Anais da Assembléia

N.º 138

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1984.

(Sexta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguo Setogutte e Wilson Fortes (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura o seguinte

EXPEDIENTE:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Of. n.º 909/R

Em 10 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

A fim de instituir o julgamento da Representação n.º 1.225 - 5, formulada pelo Excelentíssimo Sr. Procurador-Geral da República contra essa Assembléia Legislativa e o Governo desse Estado, solicito a Vossa Excelência que preste, no prazo regimental de trinta (30) dias, as necessárias informações sobre o alegado na petição cuja cópia acompanha o presente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de elevado apreço.

(a) MINISTRO RAFAEL MAYER

Relator.

N.º 679

PROCESSO P.G.R. N.º 2.733/84.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com

fundamento no art. 119, I, letra "I", da Constituição Federal, e no art. 179 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, e em atendimento à solicitação do Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, vem oferecer REPRESENTAÇÃO para que seja fixada a exata interpretação, do § 1.º do artigo 77 da Lei n.º 7.297, de 8 de janeiro de 1980, na redação dada pelo art. 1.º da Lei n.º 7.878, de 4 de julho de 1984, ambas do Estado do Paraná.

O dispositivo em referência apresenta, a seguinte redação:

"Art. 77 — Aos magistrados de qualquer instância será concedida gratificação adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, por quinquênio de serviço, até o máximo de sete (7), respeitado o disposto no artigo 145 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 1.º — A gratificação adicional de que trata esse artigo será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício de advocacia, até o máximo de (15) anos, e observada a garantia constitucional da irredutibilidade".

Esclarece o requerente que a Lei n.º 7.878, foi editada com a finalidade de compatibilizar a legislação estadual com preceitos de ordem federal, em especial com o Decreto-lei n.º 2.019, de 28/3/83; que o Poder Judiciário do Estado, de início, adicionava os percentuais relativos ao número de quinquênios de cada magistrado, fazendo incidir o resultado de uma só vez sobre os vencimentos e a verba de representação; que, no entanto, a partir de outubro de 1984, o egrégio Tribunal de Justiça passou não apenas a somar os adicionais, mas também a admitir a incidência cumulativa de uns sobre os outros.

Na fórmula original — prossegue o requerimento — a somatória dos percentuais atinge 140%, ao passo que, pelo novo critério de cálculo, o percentual global atinge 249%. Por esta última fórmula, o percentual inicial de 5% incide sobre o valor dos vencimentos e da verba de representação, enquanto o seguinte é calculado não apenas sobre esse valor originário mas também sobre o acréscimo resultante da incidência do percentual anterior, e assim sucessivamente, em verdadeira capitalização.

A dúvida quanto ao significado normativo dos preceitos transcritos restringe-se a essas duas interpretações, correspondentes a entendimentos diversos do próprio Poder Judiciário, antes e depois de outubro de 1984.

Manifestando seu entendimento, sustenta o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado que os percentuais devem incidir sobre os vencimentos e a verba de representação, não sendo razoável a inclusão

na base de cálculo do valor de adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

Estão, presentes, a nosso ver, os pressupostos de cabimento da representação interpretativa, na hipótese SUBJUDICE. Em primeiro lugar, há um estado objetivo de dúvida, traduzido nas interpretações divergentes do Chefe do Poder Executivo e do Tribunal de Justiça.

Essa situação de incerteza, por outro lado, assume particular relevância no caso, pois interfere nas relações entre Poderes políticos do Estado-membro, que, por imposição constitucional, devem ser independentes e harmônicos (Constituição, art. 13, I, combinado com o art. 10, VII, alínea C), e, ademais, dificilmente pode ser corrigida pelos meios processuais ordinários. Acresce que a fórmula de cálculo adotada pelo Tribunal de Justiça implica significativo aumento da despesa, a onerar os cofres públicos, alcançando os magistrados de qualquer instância do Estado do Paraná.

O entendimento do representante, quanto ao sentido e alcance da norma estadual em causa, harmoniza-se com a interpretação que lhe dá o Chefe do Poder Executivo paranaense.

Cumprido referir, de início, que o § 1º do art. 77 do diploma estadual objeto de interpretação repete textualmente a segunda parte do art. 1º do Decreto-lei n.º 2.019, de 18/3/83, quando se refere ao critério de cálculo da gratificação adicional, IN VERBIS:

“... será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de quinze (15) anos, e observada a garantia constitucional da irredutibilidade”.

Torna-se evidente, portanto, que o preceito da Lei estadual tem o mesmo sentido e alcance da regra paradigmática federal. Ora, na interpretação do Decreto-lei n.º 2.019, de 1983, o Colendo Supremo Tribunal Federal, em Sessão Administrativa realizada em 4 de abril de 1983, ao definir o critério de cálculo da gratificação, excluiu a possibilidade de sua incidência sobre o valor dos adicionais anteriores, consoante resulta deste trecho da decisão:

“Discutida a matéria, o Tribunal deliberou, por votação unânime que o cálculo de gratificação adicional SERÁ EFETUADO SOBRE O VENCIMENTO E A REPRESENTAÇÃO PERCEBIDOS, NÃO INCIDINDO SOBRE O VALOR DOS ADICIONAIS DECORRENTES DE QUINQUÊNIOS ANTERIORES. Proceder-se-á ao cálculo do seguinte modo: a) com 5 anos — 5%; b) com 10 anos — o valor correspondente ao 5% mais 10% sobre o vencimento e a representação; c) com 15 anos — a soma dos valores correspondentes à incidência dos percentuais de 5% e 10% e mais 15% sobre o vencimento e a representação; d) com 20 anos — a soma dos valores correspondentes à incidência dos percentuais de 5%, 10% e 15%, e mais 20% sobre o vencimento e a representação; e) com 25 anos — a soma dos valores correspondentes à incidência dos percentuais de 5%, 10%, 15% e 20% e mais 25% sobre o vencimento e a representação; f) com 30 anos — a soma dos valores correspondentes à incidências dos percentuais de 5%, 10%, 15%, 20% e 25% e mais

30% sobre o vencimento e a representação; g) com 35 anos — a soma dos valores correspondentes à incidência dos percentuais de 5%, 10%, 15%, 20%, 25% e 30% e mais 35% sobre o vencimento e a representação”.

Em face dessa orientação, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná fixou o mesmo critério de cálculo para a gratificação adicional de que tratam o art. 37, VIII, da Lei Complementar federal n.º 40, de 14/12/81, e a Lei Complementar estadual n.º 20, de 1984. Esclareça-se, a propósito, que o art. 1º deste diploma estadual apresenta a mesma redação da segunda parte do art. 1º do Decreto-lei n.º 2.019, suso transcrito.

Do próprio teor do dispositivo, com efeito, só é possível admitir a incidência dos adicionais sobre os vencimentos e a verba de representação, inexistindo qualquer previsão de cálculo sobre o valor de adicionais anteriores. A mesma base que serve de cálculo para o adicional de cinco por cento, correspondente ao primeiro quinquênio, deve igualmente prevalecer para os posteriores, diante da inexistência de qualquer ressalva no preceito. A cumulatividade diz respeito aos percentuais por quinquênios de serviço, mas a base de cálculo é constante e invariável.

Acrescente-se, por fim, que a interpretação adotada pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado importa em atribuir aos magistrados estaduais sistema remuneratório suscetível de gerar, em última análise, vencimentos superiores aos fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, com infringência do disposto no art. 144, § 4º, da Constituição Federal, IN VERBIS:

“§ 4º — Os vencimentos dos juízes vitalícios serão fixados com diferença não excedente de vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores, assegurados a estes vencimentos não inferiores aos que percebem os Secretários de Estado, não podendo ultrapassar, porém, os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

Em face do exposto, pede e espera o representante que o Supremo Tribunal Federal fixe interpretação do § 1º do art. 77 da Lei n.º 7.297, de 8/1/80, na redação da Lei n.º 7.878, de 4/7/84, do Estado do Paraná, no sentido de que o cálculo da gratificação adicional por tempo de serviço, nos percentuais estabelecidos no dispositivo em referência, seja efetuado sobre o vencimento e a representação percebidos, não incidindo sobre o valor dos adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

Brasília, 21 de novembro de 1984.

(a) INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR GERAL
DA REPÚBLICA.

JOSÉ RICHIA, Governador do Estado do Paraná, infra-assinado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 47, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, vem, com o máximo respeito e acatamento, perante Vossa Excelência, com apoio no artigo 119, inciso I, letra “I”, da Constituição da República, combinado com o artigo 179 e seguintes do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal,

solicitar que se digne Vossa Excelência oferecer REPRESENTAÇÃO, perante o Excelso Supremo Tribunal Federal, tendente a fixar a interpretação do artigo 77, e § 1.º, da Lei Estadual 7.878, de 04 de julho de 1984, pelo que passa a aduzir as razões, articuladamente, para produzir todos os efeitos legais.

I – A IMPRESCINDIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO PRÉVIA.

Inicialmente, cumpre destacar que a Lei de n.º 7.878, de 04 de julho de 1984, veio a alterar dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980.

A referida Lei 7.878/84, entre outras alterações, veio dar nova redação ao artigo 77, § 1.º, ficando, tal dispositivo, depois de seu advento, assim expresso:

“Aos magistrados de qualquer instância será concedido gratificação adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, por quinquênio, de serviço, até o máximo de sete (7), respeitado o disposto no artigo 145, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. § 1.º. A gratificação adicional de que trata este artigo será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta, trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício de advocacia, até o máximo de quinze (15) anos, e observada a garantia da irredutibilidade”.

A Lei 7.878/84 foi editada com a finalidade de adequar a legislação estadual a preceitos de ordem federal, em especial ao Decreto-Lei número 2.019, de 28 de março de 1983, onde verifica-se, inclusive, uma completa reverência aos seus termos e expressões.

Desta forma, acolheu a Lei 7.878/84 a denominada gratificação adicional, estabelecendo os percentuais devidos, consoante o número de quinquênios de tempo de serviço prestados pelos magistrados.

O Poder Judiciário do Estado do Paraná, inicialmente, deu aplicação ao artigo 77, § 1.º, da Lei 7.878/84, considerando os percentuais previstos, de forma à, em primeiro lugar somá-los, em coadunância com a quantidade de quinquênios tidos por cada magistrado, fazendo posteriormente incidir sobre os vencimentos a verba de representação.

Portanto, o cálculo era simples, vez que, contando o magistrado, a título de exemplo, com sete quinquênios, teria como gratificação adicional, o percentual de 140 % (cento e quarenta por cento), correspondente à adição dos vários percentuais expressos na Lei 7878/84, vindo a totalidade da soma a incidir, de maneira direta, sobre os vencimentos e verba de representação.

Entanto, essa conduta inicial sofreu uma considerável transformação, a partir de setembro de 1984, quando, então, o egrégio Tribunal do Estado do Paraná, passou a admitir a feitura do cálculo da gratificação adicional, de maneira diversa.

É que o entendimento adotado pelo Poder Judiciário local não se limitou à mera soma dos respectivos percentuais estatuídos em Lei, conforme os quinquênios, dado que, no cálculo, passou-se a admitir a incidência de percentual sobre percentual,

a resultar num maior acréscimo do valor devido.

Assim, ao invés de chegarmos a uma somatória de percentuais alcançando 140%, teríamos o montante de 249%, numa revelação indubitável da ocorrência de capitalização dos valores.

Destarte, a interpretação dada à Lei 7.878/84, vem a configurar uma nova fórmula de cálculo para o alcance da gratificação adicional, onde os vencimentos e verba de representação seriam considerados como base, e a partir daí aplicar-se-ia o percentual inicial de 5%, sendo tidos esses dois valores, far-se-ia a soma consecutória, e depois de obtido esse resultado, passar-se-ia a admitir o percentual seguinte de 10%, agora já incidente não sobre o valor originário, mas sobre este e também o acréscimo devido pelo primeiro quinquênio, e assim sucessivamente, quantos fossem os quinquênios a serem apurados, a implicar na conseqüente capitalização.

Essa dupla orientação do Poder Judiciário consubstanciada na anterior, onde o cálculo era simples, e na posterior, onde admite-se a capitalização, resulta numa profunda dúvida ao Poder Executivo, quanto à exata aplicação do artigo 77, § 1.º, da Lei 7.878/84, reclamando, por conseguinte, uma manifestação do Excelso Supremo Tribunal Federal, através da iniciativa de Vossa Excelência, objetivando, assim, dirimir toda e qualquer controvérsia.

A necessidade de fixação da correta aplicação do dispositivo em apreço exsurge de maneira veemente, em face de que o Poder Executivo pretende, acima de tudo, resguardar a absoluta harmonia existente entre os Poderes Constituídos no Estado do Paraná, de molde a resultar somente na tomada das medidas legais e jurídicas, inclusive estabelecidas insofismavelmente pela nossa Corte Suprema.

É que o Poder Judiciário do Paraná é, indubitavelmente, merecedor das mais reconhecidas homenagens, em razão de que, com proeficiência ímpar desempenha a função jurisdicional que lhe é cometida constitucionalmente.

Mas, a par do reconhecimento das relevantes funções prestadas pelo Poder Judiciário local, encontra-se, também, o dever do Poder Executivo de zelar pela administração do interesse público.

Daí a perquirição: quais das duas posições atende de forma iniludível o interesse público?

Diante disso, a necessidade de um posicionamento do Excelso Supremo Tribunal Federal, no que tange ao dispositivo em apreço encontra dúplice justificativa, expressa não somente no intento maior de manutenção de uma salutar conveniência entre os Poderes Judiciário e Executivo, realizando o princípio constitucional da harmonia e independência dos poderes; mas, também, no que concerne à imprescindibilidade de resguardo do interesse público.

O interesse público fica aqui evidenciado pelo dever que tem o Poder Executivo de dispor, dentro dos parâmetros legais, do numerário que lhe é dado administrar.

Ora, as orientações adotadas pelo Poder Judiciário local são divergentes, e implicam num maior ou menor dispêndio de numerário do Poder Público, a exigir uma interpretação do texto legal pelo órgão Supremo, numa tentativa de evitar-se possíveis lesões, pelo que espera, respeitosamente, o ora requerente, merecer a iniciativa de Vossa Excelência, tendente à obtenção dessa manifestação.

II – A INTERPRETAÇÃO ENTENDIDA

CONSETÂNEA.

O artigo 180 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal estabelece, seja a representação, além de outros elementos, também acompanhada do entendimento do representante acerca de interpretação do texto.

Diante dessa exigência, passar-se-á a enfocar esse ângulo, ressaltando que apesar da dúvida existente, o entendimento acerca da exata aplicação do texto legal é, data vênica, no sentido de concluir que o cálculo da gratificação adicional deve ser realizado sem a concessão de capitalização, adotando-se a incidência simples do percentual devido.

Desta forma, o ora requerente entende que a posição mais coadunante com o texto legal, seria a de que, os percentuais relativos aos quinquênios têm sua incidência restrita sobre os vencimentos e verba de representação, não podendo tomar-se por base, no cálculo, os adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

Essa posição encontra respaldo na deliberação tomada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal expressa na Ata da 1.^a Sessão Administrativa, realizada no dia 04 de abril de 1983, no que tange à interpretação do Decreto-Lei 2.019, de 28 de março de 1983.

Nessa ocasião, a nossa Suprema Corte deliberou por votação unânime, que

“O cálculo da gratificação adicional será efetuado sobre o vencimento e a representação percebidos, não incidindo sobre o valor dos adicionais decorrentes de quinquênios anteriores”.

(fotocópia inclusa).

Acontece que a Lei 7.878/84 reproduz o disposto no Decreto-Lei 2.019/83, pelo que a admitir-se essa coadunância, não há que se negar deva ser adotada a mesma sistemática para a elaboração do cálculo.

Outrossim, o Ministério Público do Estado do Paraná também percebe a gratificação adicional, por força da Lei Complementar n.º 20, de 08 de maio de 1984, sendo que esse órgão realiza o cálculo de maneira simples, não permitindo a capitalização, consoante fotocópias em anexo.

Assim, nos parece que a interpretação concedida ao Decreto-Lei 2.019/83, e inclusive adotada pelo Ministério Público local, deve ser a prevalecente.

Mas, é evidente, permanece a dúvida, tendo em vista a posição esposada pelo Poder Judiciário do Paraná, pelo que somente o Excelso Supremo Tribunal Federal poderá dirimi-la, de molde a resultar na confiança de que o Executivo estaria cingindo-se aos preceitos, e resguardando o interesse público, que é o seu desiderato maior; pois, como acentua o eminente MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, in Comentários à Constituição Brasileira, volume 2, página 212, a interpretação em tese:

“É a previsão de uma verdadeira ação declaratória de lei ou ato normativo federal ou estadual.

O objetivo é claro. Visa a evitar a insegurança resultante da incerteza a respeito do alcance e da compreensão de normas jurídicas.

Essa interpretação “em tese” porque necessariamente desligado dos casos concretos, somente atingirá o objetivo colimado se for oponível erga omnes”.

E aqui, busca-se alcançar a segurança.

III – REQUERIMENTO

Diante do exposto, o requerente espera, respeitosamente, seja desencadeada a necessária representação, tendente a fixação da interpretação do § 1.º, do artigo 77, da Lei Estadual de n.º 7.878/84, pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, com força vinculante para todos os efeitos, na forma do artigo 187, do Regimento Interno, sendo que, acolhendo esse pedido, estará Vossa Excelência, resguardando mais uma vez o interesse público.

Nestes termos, respeitosamente, pede deferimento.

Curitiba, 25 de outubro de 1984.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após aprovação do Plenário, seja dispensado da Redação Final o Projeto de Resolução n.º 211/84, aprovado sem emendas em Terceira Discussão, constantes da Ordem Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1984.

(aa) NILSO SQUAREZI e ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, sejam dispensados da Redação Final os Projetos de Lei n.ºs 297, 352 a 362, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data, visto que foram aprovados sem emendas, em Terceira Discussão.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1984.

(aa) NILSO SQUAREZI e ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inscrito na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de AIRTON JOSÉ KERBER, ocorrido em 12.12.84.

Em trágico acidente rodoviário, a Cooperativa Mista Agrícola Rondon Ltda. – COPAGRIL – perdeu um dedicado funcionário, e que deixou também grandes amigos em seu ambiente de trabalho e principalmente no meio esportivo.

Outrossim requer, que da decisão do Plenário, seja cientificada a família enlutada, em nome de seu pai Sr. Irineu Kerber, residente em Novo Três Passos, distrito do Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um VOTO DE REGOZILHO pelo transcurso do 23.º aniversário do Município de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Vinte e três anos de história de emancipação política do Município de Terra Roxa não é apenas uma razão de orgulho para o Estado do Paraná, como também se constitui em um legado de estímulo das gerações passadas. Porque isso representa a fé dos paranaenses no Estado do Paraná, e o trabalho daqueles que aqui vieram construir suas vidas.

Terra Roxa é exemplo de prosperidade com tranqüilidade. E este registro nos Anais da Casa, é o mínimo que podemos oferecer àquele oferecer àquele digno povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um VOTO DE REGOZILHO pelo transcurso do 32º aniversário do Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Trinta e dois anos de história de emancipação política do Município de Toledo não é apenas uma razão de orgulho para o Estado do Paraná, como também se constitui em um legado de estímulo das gerações passadas. Porque isso representa a fé dos paranaenses no Estado do Paraná, e o trabalho daqueles que aqui vieram construir suas vidas.

Toledo é exemplo de prosperidade com tranqüilidade. E este registro nos Anais da Casa, é o mínimo que podemos oferecer àquele digno povo.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa). — Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Pausa). — Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

X ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 297/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 223/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 40.048.000 (quarenta milhões e quarenta e oito mil cruzeiros), destinado a atender despesas com material de consumo e outros serviços e encargos do Tribunal de Alçada, até o final do corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 352/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 262/84), que abre Crédito Suplementar ao orçamento vigente da SESP, até o limite de

Cr\$ 459.000.000 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros) e Cr\$ 680.000.000 (seiscentos e oitenta milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria da Administração, especificamente no DEAM, alterando o valor da atividade compra e fornecimento de materiais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 353/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 263/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, com objetivo de cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 354/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 264/84), que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 355/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 265/84), que procede a compensação entre as fontes de recursos que custeiam a programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, contida no Orçamento Geral do Estado e aprovado pelo decreto nº 2.408, de 30.12.83, no valor de Cr\$ 94.000.000 (noventa e quatro milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 356/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 266/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros), Cr\$ 4.600.000 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros) e Cr\$ 45.000.000 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), alterando os orçamentos próprios atuais da Faculdade de Educação Musical do Paraná, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 357/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 267/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 675.075.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões e setenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR, destinado a atender despesas com pessoal e outras despesas correntes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 358/84 de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem

n.º 268/84), que abre Créditos Suplementares aos orçamentos das Secretarias de Estado da Justiça, até o valor de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) e da Administração até o valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender à Secretaria de Estado da Justiça, através do DEAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 359/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 269/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 1.375.441.000 (um bilhão, trezentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e um mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 360/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 270/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 111.000.000 (cento e onze milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 361/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 271/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR, destinados a aquisição de uma área de 77 ha. em Cerro Azul, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 362/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 272/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 2.144.892.000 (dois bilhões, cento e quarenta e quatro milhões e oitocentos e noventa e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 211/84, (Mensagem n.º 222/84 – ex-Proposição n.º 216/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Tupassí, objetivando o engajamento do Município signatário no Programa de Manejo Integrado dos Solos. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 313/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 234/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o valor de Cr\$ 114.167.000.000 (cento e quatorze bilhões, cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas até o mês de dezembro, com juros,

encargos e amortização da dívida pública interna e externa, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 318/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 236/84), que altera o orçamento do Serviço da Loteria do Estado do Paraná em Cr\$ 690.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros), para atender despesas com pessoal, material de consumo e serviços de terceiros, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 371/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 279/84), que abre Crédito Suplementar ao orçamento atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, até o valor de Cr\$ 265.700.000 (duzentos e sessenta e cinco milhões e setecentos e mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 372/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 278/84), que abre Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 182.000.000 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 373/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 276/84), que abre Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 365.197.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR, objetivando complementar recursos insuficientemente dotados, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 374/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 277/84), que abre Crédito Especial até o limite de Cr\$ 153.000.000 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR, Projeto Assistência Técnica e Extensão Rural – PRORURAL, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 376/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 281/84), que altera dispositivos da Lei n.º 7047, de 21.11.78, Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 375/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º

284), que objetiva majorar a partir de 1º.01.85, os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 136, de 12.12.84, mensagem).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Airton José Kerber, ocorrido no dia 12 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 32º aniversário do Município de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 23º aniversário do Município de Terra Roxa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa da redação final dos Projetos de Lei n.ºs 297, 352 a 362, todos do corrente ano, constantes da Ordem do Dia desta data, visto que foram aprovados sem emendas, em terceira discussão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa da redação final do Projeto de Resolução n.º 211/84, aprovado sem emendas em terceira discussão, constantes da Ordem do Dia desta data. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, encarecendo informações acerca dos recentes espetáculos artísticos de Fafá de Belém em diversos municípios do Estado, com participação inquestionável de certos órgãos estaduais. Rejeitado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem)
Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação).

3 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 313/84, 318/84, 371/84, 372/84, 373/84, 374/84, 376/84, 222/84.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 375/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 377/84 a 379/84, 328/84, 363/84.

Levanta-se a sessão:

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, na Sala de Reunião das Comissões compareceram os Senhores Deputados Rubens Bueno, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, Márcio Almeida, Paulo Furiatti, Sérgio Spada e Nilso Sguarezi. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente deixa de abrir a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais lavrei o presente Termo de Ata que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Adhail Sprenger Passos, Nilso Sguarezi, José Fonseca, Caíto Quintana e Mário Pereira. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Secretário ler a ata da reunião anterior, a qual é aprovada sem observações e lendo em seguida os Termos de Ata dos dias 13 de setembro e 23 de agosto. O Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos faz um amplo relato das matérias sob sua responsabilidade. Em seguida o Deputado Nilso Sguarezi discorre sobre a matéria referente ao Banestado, sugerindo à Presidência da CPI para que todos os processos sejam apressados. A Presidência solicita o recolhimento para redistribuição da documentação referente ao Badep, que se encontra com o relator Deputado Sabino Campos, decide também redistribuir a documentação referente à Surehma ao Deputado Paulo Furiatti. O Deputado Nilso Sguarezi relata o processo da Tecpar, o qual é aprovado. Na sequência o Deputado José Fonseca relata o processo da Secretaria da Justiça referente à Penitenciária de Tamarana, sendo este também aprovado. As documentações do I.T.C. e Secretaria da Indústria e Comércio são redistribuídas ao Deputado Nilso Sguarezi. É designado o Senhor Deputado Márcio Almeida para relatar a matéria referente à Cohapar. O Deputado Nilso Sguarezi requer à Presidência que se oficie à Corregedoria da Justiça solicitando informações sobre o processo da Fundepar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do

ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, na Sala de Reunião das Comissões compareceram os Senhores Deputados Rubens Bueno, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, Adhail Sprenger Passos, Orlando Pessuti e Fiori Luiz. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente deixa de abrir a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;
OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, José Fonseca, Paulo Furiatti, Tadeu França, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Nestor Baptista, Tadeu Lúcio Machado, Roberto Requião e Mário Pereira. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Secretário ler a Ata da reunião anterior, a qual foi aprovado sem observações. Após isso o Deputado Nestor Baptista relata a matéria sobre a Paranatur a qual é aprovada. O Deputado Fiori Luiz comunica que apresentará relatório referente a Cafe do Paraná na próxima reunião. Em seguida o Deputado Adhail Sprenger Passos propõe que se oficie a Emopar solicitando as especificações da obras Penitenciária de Tamarana. O Deputado Nilso Sguarezi informa que devolverá ao Deputado Fiori Luiz a matéria referente a Secretaria de Segurança, a qual tinha solicitado vistas, concordando com seu arquivamento. É designado o Deputado José Fonseca para relatar a matéria referente a Imprensa Oficial. Fica marcando para a próxima segunda-feira, dia 08-10-84 às 13 horas, viagem para vistoriar as obras em São Mateus do Sul referente a Secretaria e Cultura e Esportes, devendo convidar os Deputados Acir Mezadri e Antônio Annibelli os quais pertencem àquela região. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;
OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, Nilso Sguarezi, Orlando

Pessuti, Sérgio Spada, Márcio Almeida e Tadeu França, e como visitantes os Senhores Deputados Artagão de Mattos Leão e Djalma de Almeida César. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Secretário ler a Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi, que em nome do Deputado Fiori Luiz relata a Cafe do Paraná, sendo colocado em votação. Fazendo uso da palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos tece comentários a respeito da denúncia de convênios para a construção de açudes e reservatórios de águas na região metropolitana, convênios estes firmados entre a SEAD - COMEC- CAFE do Paraná, denunciado pela COMEC. O Deputado Márcio Almeida dá sugestão para que sejam enviadas cópias do referido relatório às Câmaras Municipais envolvidas. O Deputado Nilso Sguarezi faz uma proposição para que a Cafe ajuíze as ações que ainda se fizeram necessárias, após o que o relatório é aprovado. Em seguida o Deputado Adhail Sprenger Passos reafirma seu pedido de através de ofício, pedir informações à Fundepar das construções de escolas de forma irregular solicitando também que seja atendido seu requerimento sobre as especificações da construção da Penitenciária de Tamarana devendo oficialar à Secretaria de Justiça e Emopar, os quais foram aprovados. O Deputado Nilso Sguarezi apresenta parecer concordando com o pedido de arquivamento apresentando pelo Deputado Fiori Luiz referente a Secretaria de Segurança. Fica decidido que o Deputado Márcio Almeida apresentará no próximo dia 11 do corrente, roteiro das matérias sob sua responsabilidade e que o Deputado Sérgio Spada apresentará, também no próximo dia 11, roteiro referente ao Badep. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;
OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, José Fonseca, Nestor Baptista, Sérgio Spada, Orlando Pessuti e Nilso Sguarezi. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Senhor Secretário fazer a leitura da Ata da reunião anterior a qual foi aprovada sem observações. Após a aprovação da ata e leitura dos ofícios expedidos, o Deputado Adhail Sprenger Passos apresenta o relatório da Secretaria da Educação opinando pelo seu arquivamento, sendo isto aprovado. O Deputado José Fonseca relata a matéria referente ao IPE, sendo comentada pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara seu voto favorável, cuja matéria é aprovada. O Deputado Sérgio Spada apresenta requerimento solicitando informações ao Badep, o qual é aprovado. O Deputado Orlando Pessuti em nome do Deputado Márcio Almeida apresenta o roteiro

da COHAPAR e solicita o arquivamento das denúncias do concurso de Redator feito por esta Assembléia Legislativa, os quais por sua vez são aprovados. O Deputado Adhail Sprenger Passos presta informações sobre a COMEC, devendo apresentar relatório na próxima reunião e com referência a Secretaria de Cultura e Esportes dá informações e comenta a visita a São Mateus do Sul. O Deputado Nilso Sguarezi comunica que na próxima reunião prestará informações sobre a Secretaria da Indústria e Comércio e sugere uma CPI especial para o caso Banestado.

O Deputado José Fonseca requer verbalmente que, por ofício se reitere pedido de informações à Imprensa Oficial do Estado, o que é aprovado. O Deputado Adhail Sprenger Passos tece comentário sobre notícias referentes a CPI em jornais, propondo que se dê uma nota à imprensa sobre informações dos processos em andamento, sendo esta proposta aprovada. O Deputado Nilso Sguarezi faz comentários sobre o relatório da Cafe do Paraná, se propondo a dar uma nota para a imprensa corrigindo distorções publicadas pela mesma. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente encerra a reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, José Fonseca, Mário Pereira, Fiori Luiz, Nestor Baptista e Sérgio Spada. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Secretário fazer a leitura da Ata da reunião anterior que é aprovada com a observação do Deputado Adhail Sprenger Passos para que conste da próxima Ata que os autos da Secretaria da Educação serão arquivados após respondido positivamente as informações solicitadas ao Tribunal de Contas. Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos diz que na próxima reunião dará informações das matérias sob sua responsabilidade e se possível o relatório da Secretaria de Planejamento. O Deputado Nestor Baptista, na ausência do Deputado Nilso Sguarezi, apresenta o relatório referente a Secretaria da Indústria e Comércio o qual é aprovado. O Deputado Fiori Luiz, também em virtude do Deputado Nilso Sguarezi apresenta parecer aditivo propondo uma CPI especial para o caso Banestado, que é aprovado. O mesmo Deputado nas mesmas condições acima citadas apresenta requerimento solicitando o envio de expediente ao D.E.R., que até o momento nada foi concluído referente aos projetos de engenharia desaparecidos. O Deputado Adhail Sprenger Passos na ausência do Deputado Nilso Sguarezi apresenta o relatório referente ao ITC, sendo este aprovado. O Deputado Sérgio Spada com a palavra diz que possivelmente na próxima reunião dará informações sobre o caso BADEP. O Deputado Fiori Luiz informa que sobre o DETO dará informações assim que a

assessoria lhe der conhecimento dos autos. Fica designado o Deputado Nestor Baptista para relatar a matéria referente a SUREHMA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

OSVALDO MARQUES — Secretário.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e contando com a presença dos Senhores Deputados José Fonseca, Caíto Quintana, Mário Pereira, Paulo Furiatti, Nestor Baptista, Orlando Pessuti e Nilso Sguarezi. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Secretário fazer a leitura da Ata da reunião anterior que é aprovada sem observações. Em seguida o Senhor Presidente passa para a leitura do expediente iniciando pelo requerimento do engenheiro Ivo Arzua Pereira, intervindo na leitura o Deputado Nilso Sguarezi, prova que por ser muito extenso e já ser do conhecimento de todos os membros, deixasse de ser lido, o que é aprovado. Com a palavra o Deputado Nestor Baptista comunica que na próxima reunião dará informações sobre o caso SUREHMA e sobre a matéria da Casa do Trabalhador, apresenta ainda proposta de CPI especial que é aprovada. O Senhor Presidente convida o Deputado José Fonseca para assumir a Presidência, e com a palavra apresenta o relatório referente a Secretaria do Planejamento, o qual é aprovado. O Deputado José Fonseca na Presidência convida o Deputado Adhail Sprenger Passos para reassumir a Presidência, que em seguida, verificando a ausência dos demais relatores encerra a presente reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de novembro de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, Nestor Baptista, José Fonseca, Sérgio Spada, Tadeu França e Nilso Sguarezi. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Secretário fazer a leitura da Ata da reunião anterior que é aprovada sem emendas. Com a palavra o Deputado Sérgio Spada informa que ainda não recebeu as informações solicitadas ao BADEP. O Deputado José Fonseca relata a matéria referente à Imprensa Oficial propondo o arquivamento da mesma, o que é aprovado. O Deputado Adhail Sprenger Passos dá informações sobre a Emopar e requer novamente

rol e triagem da matéria tendo em vista existirem documentos em duplicata, as quais deverão ser encaminhadas ao Deputado Ervin Bonkoski; o mesmo Deputado informa que a matéria referente a Comec se encontra em poder do Assessor Harry para as devidas providências. O Senhor Presidente suspende a reunião por cinco minutos; ao ser reaberta a reunião, o Deputado Nestor Baptista apresenta o relatório referente a Surehna que é aprovado. Em seguida o Deputado José Fonseca, em nome do Deputado Fiori Luiz, faz a apresentação do roteiro referente ao Deto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos, Fiori Luiz, José Fonseca, Márcio Almeida, Orlando Pessuti, Caíto Quintana e Nilso Sguarezi. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por iniciado os trabalhos mandando o Secretário fazer a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Adhail Sprenger Passos faz a seguinte observação: na reunião anterior requereu rol e triagem da matéria referente a Comec e não da Emopar como consta, devendo na próxima Ata ser corrigido. Feita esta observação a Ata é aprovada. Em seguida o Senhor Presidente faz a leitura dos ofícios recebidos e expedidos. Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos tece comentários sobre a Comec dizendo que por se tratar de matéria muito extensa e complexa, apresenta requerimento propondo CPI especial em época oportuna, o que é aprovado. O mesmo Deputado propõe alteração no roteiro da Secretaria da Cultura e Esportes para que sejam ouvidos somente os Senhores Luiz Roberto Soares e o Presidente da Câmara Municipal de São Mateus do Sul e fica designado o dia vinte do mês em curso para esse fim sendo também aprovado. Ainda o Deputado Adhail Sprenger Passos informa que na próxima reunião apresentará relatório referente a Emopar. O Presidente designa o Deputado José Fonseca para relatar a matéria da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu. Fica designado o Deputado Adhail Sprenger Passos para relator geral desta CPI quando do seu final no ano em curso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

OSVALDO MARQUES — Secretário.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às dez horas reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Senhores Deputados José Fonseca, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Paulo Furiatti, Sérgio Spada e Adhail Sprenger Passos. Estiveram presente também os Senhores Deputados Erondy Silvério, Antônio Annibelli e Roberto Requião. Havendo número legal o Presidente declara aberta a Sessão mandando o Secretário ler a Ata da reunião anterior, em discussão, o Deputado Adhail Sprenger Passos observa que em requerimento por escrito em 08.11.84 solicitou que fosse desentranhada a documentação consubstanciadora dos fatos referentes a Comec, com a finalidade de se propor à Assembléia Legislativa a criação de uma CPI específica para o caso. A fim de derimir tal dúvida fica para momento oportuno a discussão da referida Ata, passando-se ao expediente sobre a mesa. O Senhor Presidente lê os ofícios recebidos e expedidos e o protocolado n.º 11137/84 de autoria do Senhor Aldo Laval referente a Casa do Trabalhador o qual foi distribuído ao Deputado Nilso Sguarezi para relatar. Em seguida toma assento à mesa o Presidente da Câmara Municipal de São Mateus do Sul, Senhor Miguel Ribeiro Picheth, para ser inquirido sobre a matéria da Secretaria da Cultura e Esportes, sendo qualificada e prestando o compromisso legal, presta esclarecimentos. Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos tece comentários sobre o assunto, seguindo-se da inquirição solicitando após isso a juntada aos autos da farta documentação trazida pelo depoente, tendo este concordado. A seguir o Deputado Nilso Sguarezi passa a inquirir o depoente. O Deputado Paulo Furiatti solicita ao depoente informações sobre a falsificação de assinaturas contidas no processo, após o que o depoente se dispõe a prestar qualquer esclarecimento a esta CPI. Em seguida toma assento à mesa o segundo depoente Doutor Luiz Roberto Nogueira Soares que passa a ser inquirido pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, referente ao mesmo assunto, conforme consta das notas taquigráficas. O Deputado Adhail Sprenger Passos lê nota publicada pela Imprensa, de depoimento prestado pelo ex-Prefeito e Presidente do Clube Atlético São Mateuense e solicita que conste dos anais desta CPI, encerrando aí o depoimento. O Deputado José Fonseca apresenta o relatório referente ao caso de São Miguel do Iguaçu requerendo seu arquivamento, o que é aprovado. O Deputado Sérgio Spada, na próxima reunião dará informações sobre o Badep e propõe reunião extraordinária para o dia 27 do corrente, o que também é aprovado. O Deputado Adhail Sprenger Passos se propõe a relatar o assunto referente a Emopar na próxima reunião. O Deputado Márcio Almeida comunica que está providenciando o relatório referente a Cohapar e que não recebeu as informações solicitadas à mesma. O Deputado Adhail Sprenger Passos se propõe a apresentar o relatório parcial referente a Secretaria da Cultura e Esporte na reunião do dia 29 do corrente. Fica decidido que na reunião do dia 27 próximo, será marcada a data da última reunião desta CPI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião

mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Osvaldo Marques — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA LEGISLATURA
ATA DA 33.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Adhail Sprenger Passos, José Fonseca, Caíto Quintana, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti e Sérgio Spada. Havendo número legal, o Presidente abre a sessão, mandando o Secretário fazer a leitura da Ata da reunião do dia 08/11/84, que é aprovada, seguindo-se a leitura da Ata da reunião anterior que também é aprovada sem observações. Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos comenta e relata a matéria referente à EMOPAR, sendo aprovado. O Presidente apresenta, pelo Deputado Nilso Sguarezi, parecer referente à Casa do Trabalhador, cujo parecer é aprovado. O Deputado Sérgio Spada, modificando o roteiro da matéria referente ao BADEP, propõe que sejam convocados para prestarem depoimento na reunião do dia 27 próximo, os Srs. José Carlos de Assis, Euro Brandão, Geraldo Molina e Olávio Schoenau, sendo tal proposta aprovada. O Sr. Presidente designa o Deputado Nestor Baptista para, em substituição ao Deputado Fiori Luiz, relatar a matéria referente ao DETO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Osvaldo Marques — Secretário

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA LEGISLATURA
ATA DA 34.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos Srs. Deputados Mário Pereira, Fiori Luiz, Nestor Baptista, Orlando

Pessuti, Sérgio Spada e Adhail Sprenger Passos. Havendo número legal, o Presidente declara aberta a sessão, mandando o Secretário ler a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem observações. Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos, relata a matéria referente à Secretaria da Cultura e do Esporte, submetido à discussão, o Deputado Nestor Baptista faz uso da palavra para encaminhar tecendo comentários sobre o mesmo, após o que é aprovado. Em seguida o Deputado Nestor Baptista apresenta relatório referente ao DETO que também é aprovado. O Deputado Mário Pereira, em nome do Deputado Márcio Almeida, apresenta o relatório referente à COHAPAR, sendo o mesmo aprovado. Em discussão o parecer do Deputado Nilso Sguarezi, referente ao extravio de documentação do DER apresentado em reunião do dia 18/10/84, o qual não foi respondido. Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos que sugere que se proponha CPI especial contida no referido parecer e que se oficie ao DER para que envie as respostas ali solicitadas ao Presidente da Assembléia Legislativa e às lideranças das bancadas. Com referência ao relatório da Secretaria da Educação, sobre o qual o Tribunal de Contas não deu informações da prestação de contas ao convênio citado nos itens 3 e 6 do relatório, que se proceda do mesmo modo conforme resolvido com relação ao DER, acima citado. Tais propostas são aprovadas. O Deputado Sérgio Spada apresenta o relatório referente ao BADEP, também aprovado. O Deputado Adhail Sprenger Passos apresenta o relatório final conclusivo da CPI/CA e para encaminhar, o Deputado Nestor Baptista faz uso da palavra tecendo elogios e lamentando desde o início a ausência dos membros do PDS. Com a palavra o Deputado Mário Pereira também enaltece o brilhante relator. O Deputado Adhail Sprenger Passos agradece as referências elogiosas e solicita que as mesmas sejam transferidas à assessoria desta CPI. O Sr. Presidente apresenta seus agradecimentos aos membros, aos assessores e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram para o bom andamento das reuniões, pois só assim esta CPI conseguiu atingir seus objetivos. Em seguida apresenta o balancete das despesas. O Deputado Adhail Sprenger Passos apresenta proposta para que do relatório conclusivo seja feita uma síntese e seja confeccionada uma forma de livretos para distribuição, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Osvaldo Marques — Relator

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA LEGISLATURA
ATA DA 41.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número

legal, a Sra. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Homero Oguido apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 229/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 178/84, PROJETO DE LEI 267/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 207/84, os quais foram APROVADOS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pela Sra. Presidente, por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA LEGISLATURA
ATA DA 42.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Gilberto Carvalho avocou e relatou os seguintes processos: PROJETO DE LEI 55/84, de autoria do Deputado Aníbal Khury. PROJETO DE LEI 288/84, de autoria do Poder Executivo. PROJETO DE RESOLUÇÃO 194/84, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas referentes à Subvenção Social do Poder Legislativo, exercício de 1983. PROJETO DE RESOLUÇÃO 195/84, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado, exercício de 1983. E pelo Deputado Homero Oguido, foi apresentada redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 163/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 168/84, os quais foram APROVADOS, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA LEGISLATURA
ATA DA 43.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Gilberto Carvalho avocou e relatou os seguintes processos: PROJETO DE LEI 302/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem

226/84. PROJETO DE LEI 311/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 230/84. PROJETO DE LEI 314/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 84/84. PROJETO DE LEI 315/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 229/84. PROJETO DE LEI 316/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 232/84, os quais foram APROVADOS sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DÉCIMA LEGISLATURA
ATA DA 44.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Gilberto Carvalho avocou e relatou os seguintes processos: PROJETO DE LEI 51/84, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado. PROJETO DE LEI 289/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 189/84. PROJETO DE LEI 239/84, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos. PROJETO DE LEI 242/84, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. PROJETO DE LEI 250/84, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, os quais foram APROVADOS sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío G. Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
Lélío G. Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DÉCIMA LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivan Gubert, Gilberto Carvalho, José Antônio Fonseca, Aníbal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Sérgio Spada e Caíto Quintana. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: PROJETO DE LEI 322/84, oriundo de Mensagem Governamental 247/84. Altera o orçamento da Assembléia Legislativa até o limite de Cr\$... 705.000.000 (setecentos e cinco milhões de cruzeiros), objetivando complementar recursos insuficientemente dotados na forma a seguir especificada: Dotação 0101.0101... 0012, subelemento 3.1.3.2.3.2.5.5. e elemento 4.1.2.0. Relator

Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
OSVALDO MARQUES — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DÉCIMA LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 25.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Homero Oguido, Tadeu França, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão e Ivan Gubert. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia, considerando a existência de número legal. PROJETO DE LEI 182/84, do Deputado Leônidas Chaves. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 281/84, do Deputado Acyr Mezzadri. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO 215/84, do Poder Executivo, Mensagem 221/84. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. PROPOSIÇÃO 193/84, Mensagem 197/84. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. PROJETO DE LEI 285/84, do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 136/84, da Deputada Amélia Hruschka. Parecer contrário. Projeto Rejeitado. PROJETO DE LEI 310/84, Mensagem 228/84. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO 210/84, Veto ao Projeto de Lei 195/83, do Deputado Donato Gulin. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 219/84, Mensagem 165/84, do Poder Executivo. Relator Deputado Hermas Brandão. Requerimento de vistas dos Srs. Deputados Ivan Gubert, Basílio Zanusso e Djalma de Almeida César. Deferido. PROJETO DE LEI 192/84, do Deputado Edmar Luiz Costa. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. PROJETO DE LEI 177/84, do Deputado Tadeu França. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 294/84, do Deputado Fiori Luiz. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 303/84, do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 318/84, oriundo da Mensagem Governamental 236/84. Relator Deputado Basílio Zanusso. Requerimento de vistas do Deputado Ivan Gubert. Deferido. PROJETO DE LEI 259/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento de diligência junto à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social. Deferido. PROJETO DE LEI 304/84, do Deputado Trajano Bastos. Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento no sentido do projeto aguardar na Comissão até 26/04/85, quando completará um ano de Registro. Deferido. PROJETO DE LEI 293/84, dos Deputados Sérgio Spada e Adhail Sprenger Passos.

Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento de diligência junto ao autor. Deferido. PROJETO DE LEI 307/84, da Deputada Amélia Hruschka e outros. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 185/84, do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 309/84, do Poder Executivo, Mensagem 227/84. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 312/84, Mensagem Governamental 233/84. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 298/84, Mensagem Governamental. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 299/84, Mensagem Governamental 218/84. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO 182/84. Autor Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI 271/84. Autor Deputado Tércio Albuquerque. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. O Sr. Deputado Basílio Zanusso reiterou requerimento anterior do Sr. Deputado Augusto Carneiro, no sentido de que esta Comissão tenha como critério que as mensagens, que tenham como objetivo a suplementação de recursos, devem ter em suas justificativas, claramente, as finalidades e os programas a serem desenvolvidos pelos mesmos. O Sr. Deputado Ivan Gubert solicitou o registro em Ata, ponderando mais uma vez que esta Comissão não pode dar voto favorável a matéria sabidamente inconstitucional. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

Osvaldo Marques — Secretário
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DÉCIMA LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
8.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos Deputados: Homero Oguido, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Basílio Zanusso e Ivan Gubert. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 331/84, do Deputado Antônio Annibelli. Da nova redação, acrescentando a expressão “e adicionais” no corpo do Artigo 6.^o da Lei Complementar 21, de 26/10/84, conforme especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado com Emenda. PROJETO DE LEI 334/84, oriundo da Mensagem Governamental 238/84. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário da Comissão.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
Osvaldo Marques — Secretário